

AFINAL, QUAL É O PAPEL DA ESCOLA? UM DIÁLOGO ENTRE FREIRE E BOURDIEU

*SO, WHAT EXACTLY IS THE ROLE OF THE SCHOOL? A DIALOGUE
BETWEEN FREIRE AND BOURDIEU*

João Pedro Mardegan Ribeiro¹

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Sara Pinheiro²

Universidade do Porto - FPCEUP

RESUMO

O presente artigo estabelece um diálogo entre Pierre Bourdieu e Paulo Freire, evidenciando convergências de natureza política e intelectual entre os referidos autores. A partir de suas contribuições teóricas, analisa-se o papel da escola na contemporaneidade, compreendida como um espaço potencial de transformação social. Embora não tenham estabelecido interlocução direta, ambos compartilham uma perspectiva crítica da educação, voltada à compreensão das desigualdades sociais, dos condicionantes estruturais do sistema educativo e das possibilidades de sua superação. Nesse sentido, suas reflexões oferecem subsídios teóricos relevantes para a análise do campo educacional, bem como para a formulação de práticas pedagógicas orientadas à emancipação e à justiça social.

Palavras-chave: Educação crítica; Desigualdade social; Práticas Pedagógicas; Consciência social.

ABSTRACT

This article establishes a dialogue between Pierre Bourdieu and Paulo Freire, highlighting political and intellectual convergences between the two authors. Based on their theoretical contributions, it analyzes the role of the school in contemporary society, understood as a potential space for social transformation. Although they did not establish direct interlocution, both share a critical perspective on education, aimed at understanding social inequalities, the structural constraints of the

¹ Doutorando em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciado em Física, Química e Matemática pela Universidade de São Paulo (USP) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde (CUCV). Pesquisador vinculado a Faculdade de Ciências da UNESP, Bauru, São Paulo, Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0012-042X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2573967776080047> E-mail: joao.mardegan@unesp.br.

² Doutorada, Mestre e Licenciada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Porto - Portugal. Investigadora integrada no Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0045-7647>. Ciênciavita: <https://www.cienciavita.pt/portal/C715-F134-52B7>. E-mail: sarapinheiro@fpce.up.pt.

educational system, and the possibilities for their overcoming. In this sense, their reflections provide relevant theoretical support for the analysis of the educational field, as well as for the formulation of pedagogical practices oriented toward emancipation and social justice.

Keywords: Critical education; Social inequality; Pedagogical practices; Social awareness.

RESUMEN

El presente artículo establece un diálogo entre Pierre Bourdieu y Paulo Freire, evidenciando convergencias de carácter político e intelectual entre ambos autores. A partir de sus contribuciones teóricas, se analiza el papel de la escuela en la contemporaneidad, entendida como un espacio potencial de transformación social. Aunque no establecieron una interlocución directa, ambos comparten una perspectiva crítica de la educación, orientada a la comprensión de las desigualdades sociales, de los condicionantes estructurales del sistema educativo y de las posibilidades de su superación. En este sentido, sus reflexiones aportan fundamentos teóricos relevantes para el análisis del campo educativo, así como para la formulación de prácticas pedagógicas orientadas a la emancipación y a la justicia social.

Keywords: Educación crítica; Desigualdad social; Prácticas pedagógicas; Conciencia social.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, colocamos em diálogo dois importantes pensadores do século XX: Pierre Bourdieu e Paulo Freire. Para tanto, delineamos possíveis convergências políticas e intelectuais, trazendo para o debate algumas das dimensões dos estudos desses autores, principalmente para dialogar acerca do papel da escola contemporânea, fazendo interligações com as políticas públicas, e destacando como a escola e o próprio processo educativo devem ser vistos como ferramentas indispensáveis para a compreensão, enfrentamento, transformação das realidades marcadas por crises e, sobretudo, para a emancipação. Portanto, a finalidade deste trabalho é debater o papel da escola na sociedade atual.

A escolha de discutir o papel das escolas na perspectiva de Paulo Freire e Pierre Bourdieu não é por acaso, mas decorre da filosofia de vida e da trajetória desses autores. Eles nos ajudam a refletir e compreender como se aprende e por que nem todos aprendem nas mesmas condições, enfatizando o papel do diálogo, da consciência crítica e da transformação social que a escola deve promover, bem como a importância de dar voz aos estudantes, sobretudo aos pertencentes às camadas mais populares e vulneráveis da sociedade. Além disso, destacam que, muitas vezes, o fracasso escolar não é culpa do estudante, mas das estruturas sociais que o cercam. Ou seja, para eles, pensar a educação e a escola é pensar em uma sociedade mais justa, crítica e inclusiva.

Paulo Freire (1921–1997) foi um educador e filósofo brasileiro, reconhecido mundialmente por suas abordagens inovadoras no campo educacional. Suas ideias são pautadas, principalmente, no diálogo, na libertação social e na consciência crítica. Além disso, suas obras evidenciam que a escola deve ser compreendida como um espaço em que

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

os educandos aprendem a fazer uma leitura crítica do mundo, e não apenas das palavras, sendo, assim, estimulados a desenvolver uma consciência crítica e participativa. Do mesmo modo, a escola deve ser vista como um espaço político, de esperança e de transformação social.

Assim, pelas ideias do educador, as escolas são espaços dialógicos em que os estudantes, junto a seus professores, constroem, de forma coletiva, sentidos para o mundo e se reconhecem como sujeitos ativos e participativos do processo educativo. Além disso, para ele, o processo de ensino e aprendizagem deve partir da realidade dos próprios educandos, bem como do contexto em que a escola está inserida, para que o que se discute e se aprende faça sentido. Por fim, suas obras são amplamente referenciadas em todo o mundo, abrangendo áreas como educação, ensino, filosofia e sociologia.

Já Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês que investigou como as diferenças sociais influenciam a vida das pessoas, principalmente no contexto escolar. Para ele, muitas vezes, as escolas ainda reforçam as desigualdades presentes na sociedade, já que não valorizam o capital cultural (comportamentos, hábitos e conhecimentos) dos próprios estudantes na discussão dos saberes e nas práticas diárias. Destaca-se ainda que as ideias levantadas pelo sociólogo auxiliam na compreensão dos motivos de alguns grupos sociais terem mais facilidade em atingir o sucesso acadêmico, em detrimento de outros, e também levantam discussões sobre o que as escolas precisam fazer para reconhecer e enfrentar tais desigualdades. Além disso, Bourdieu, assim como Freire, é um dos pensadores mais citados na literatura mundial e nas mais diversas áreas do conhecimento científico.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente investigação estrutura-se a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma pesquisa de caráter bibliográfico e em uma análise comparativa entre aportes teóricos selecionados. Inicialmente, foi realizada uma revisão das obras centrais de Pierre Bourdieu e de Paulo Freire, que abordam questões relativas à reprodução social e à emancipação, além de dialogarem sobre o processo educativo e, sobretudo, sobre a escola.

Em seguida, realizou-se uma análise comparativa das categorias fundamentais mobilizadas por cada um dos autores, como habitus, capital cultural e violência simbólica, destacadas por Pierre Bourdieu, e conscientização, práxis, educação libertadora e diálogo, no caso de Paulo Freire. A partir disso, promoveu-se uma articulação em torno das demandas e dos dilemas da escola contemporânea, buscando evidenciar como as

contribuições desses pensadores dialogam com debates atuais no campo educacional e respondem ao questionamento sobre o papel da escola na contemporaneidade.

A escolha deste percurso metodológico partiu das concepções de De Sousa, De Oliveira e Alves (2021), que destacam que a pesquisa bibliográfica consiste em realizar um levantamento sistemático e crítico de materiais já publicados, neste caso, livros redigidos por Bourdieu e Freire, que permitem compreender as ideias já defendidas dos pesquisadores acerca de uma temática de investigação, levantando concepções de forma sólida e contextualizada. Já em relação à análise comparativa entre aportes teóricos, Silva (2019) destaca que esta permite realizar a identificação de semelhanças, diferenças, convergências e tensões entre diferentes teóricos, o que oferece uma compreensão mais ampla e crítica do que é estudado. Assim, a integração da pesquisa bibliográfica com análise comparativa responde ao objetivo proposto neste artigo.

PONTO DE PARTIDA: QUEM FOI PAULO FREIRE E PIERRE DE BOURDIEU?

Paulo Freire e Pierre Bourdieu são dois dos mais importantes e influentes pensadores da educação e das ciências sociais no século XX, cujas ideias continuam sendo objeto de pesquisa e de diálogo até aos dias de hoje. Cada um deles contribuiu de maneira decisiva para a compreensão das relações entre conhecimento, poder e transformação social.

Paulo Freire destacou a importância de uma educação com viés transformador. Em suas obras e intervenções, enfatizou a educação como prática da liberdade, fundamentada, sobretudo, no diálogo, na consciência crítica e na participação ativa de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, e não apenas dos estudantes, com vistas à construção coletiva do conhecimento. Para ele, o ato de ensinar é, de fato, um ato político, capaz de manter ou transformar a realidade. Já Pierre Bourdieu evidenciou conceitos como habitus, campo e capital cultural, fundamentais para compreender como as desigualdades se reproduzem nas instituições, inclusive na escola. Suas obras mostram que a educação, muitas vezes, legitima desigualdades sociais ao valorizar determinados saberes e estilos culturais em detrimento de outros.

As trajetórias de ambos os pensadores foram marcadas pelos contextos sociais em que nasceram e que percorreram ao longo da vida. Deste modo, iniciamos este artigo apresentando, de forma breve, quem são eles e suas trajetórias.

Paulo Freire nasceu em Recife, no estado de Pernambuco, Brasil, e, durante sua infância, vivenciou a pobreza e a fome, contexto que influenciou sua compreensão da educação como prática de liberdade. Já na vida adulta, em decorrência da ditadura militar

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

no Brasil, foi obrigado a se exilar, período em que difundiu suas ideias em diversos países. Por sua vez, Pierre Bourdieu, de origem camponesa, nasceu no interior da França, na cidade de Denguin, e realizou seus estudos em instituições de elite, o que também influenciou suas reflexões teóricas. Para ele, as próprias instituições contribuem para a promoção e reprodução de hierarquias sociais. Sua pesquisa etnográfica na Argélia, aliada às suas análises sobre a educação, o consolidou como uma referência global. Desse modo, ambos os pensadores, cada um a seu modo, transformaram profundamente o pensamento crítico contemporâneo.

Paulo Freire

A trajetória de Paulo Freire é em defesa da educação, e mesmo com trabalhos publicados majoritariamente no século XX, as ideias deste pensador ainda continuam pertinentes no século XXI. Isso porque as escolas ainda apresentam perspectivas e práticas arcaicas e são espaços que corroboram com as desigualdades sociais, longe dos ideais que o educador defendia. Sobre este cenário, Carneiro, De Barros Araújo e Dos Santos (2023) destacam que o processo de universalização do direito à educação, bem como o direito à escola e ao processo educativo, nos países que são regidos pelos sistemas capitalistas, e, principalmente para as populações que residem em localidades periféricas, ainda são marcados por profundas desigualdades. Ou seja, ainda nos dias de hoje há desigualdades no direito à educação.

Na conjuntura em que Paulo Freire escreveu suas primeiras obras de impacto mundial, no Brasil ainda não havia política de universalização da educação. E, Freire, já afirmava que o sistema de ensino deveria ser universal, isto é, de acesso a todos, e favorecer, aos estudantes, uma educação crítica, libertadora e dialógica. Defendia, também, que a própria aprendizagem deveria partir da realidade dos estudantes e da experiência individual de cada comunidade, uma vez que, assim, há promoção da conscientização sobre o contexto social em que vivem e buscam transformação. Brandão e Andrade (1981) destacam, neste contexto, que Paulo Freire conseguiu alfabetizar trabalhadores em 45 dias, contextualizando os conhecimentos e palavras com a realidade dos trabalhadores, o que tornou algo significativo.

Freire também foi crítico ao modelo de ensino tradicional, em que há o que ele denomina como educação bancária, em que o professor é compreendido como o detentor de todo o saber e deposita seus saberes nos estudantes de forma passiva. Em lugar desse tradicionalismo, Freire propôs que o ensino fosse mais pautado no diálogo, na reflexão e na problematização da realidade, que, para ele, dessa forma, seria possível haver transformação

social e emancipação dos indivíduos. A educação, para Freire, não era neutra, e sim um instrumento de formação crítica e de construção da cidadania.

Para ele, a educação, o processo educativo e a escola exercem um papel substancial na sociedade, uma vez que é neste cenário que há formação dos sujeitos; então há de ser necessário formar sujeitos conscientes, capazes de intervir no mundo, e também promover mudanças sociais. Relacionando, assim, a libertação e a participação cidadã, evidenciando que o ato de ensinar é, também, um ato de promoção da justiça, da equidade e da solidariedade. As obras de Freire que foram pautas deste trabalho reforçam a concepção de que a educação, a escola e o próprio processo educativo vão além da transmissão de conteúdos e conhecimentos, mas sim devem formar pessoas críticas, autônomas e conscientes, que sejam capazes de transformar a realidade em que vivem. Além disso, para ele, a escola exerce um papel de construção cultural e social.

Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu, de origem camponesa, teve sua trajetória intelectual frequentemente associada às condições sociais de sua origem. Seus estudos são marcados pela crítica às estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, refletindo a necessidade de dar voz aos sujeitos, especialmente àqueles em situação de maior vulnerabilidade social, uma vez que as experiências e palavras desses grupos possuem valor e devem ser reconhecidas. Suas obras articulam conceitos como reprodução social, capital, habitus, campo, capital simbólico e violência simbólica, os quais permitem compreender a distribuição desigual do capital cultural na sociedade.

No contexto em que Pierre Bourdieu desenvolveu suas obras, as escolas francesas estavam longe de garantir igualdade real de oportunidades, mesmo que já tivessem ideais acerca da universalização do acesso às escolas, uma vez que o espaço escolar era um espaço que reproduzia desigualdades estruturais presentes na sociedade. Bourdieu e Passeron (2011) defendiam que o sistema de ensino deveria reconhecer que os estudantes, ao chegarem às escolas, possuem diferentes volumes de capital social e cultural, que, evidentemente, são elementos que influenciam diretamente na trajetória dos jovens nas escolas e na jornada de vida. Para mais, o sociólogo defendia que o processo educativo não poderia ignorar a realidade concreta que era vivenciada pelos estudantes, como tampouco suas origens e as experiências que vivenciavam no dia a dia, seja no contexto comunitário, como também no familiar.

Valle (2007) destaca que, dado o caráter inovador e multidisciplinar do pensamento e das ideias que foram levantadas por Bourdieu ao longo de sua trajetória, este se tornou

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

uma referência mundial e central em diversas áreas do conhecimento. Suas obras têm influenciado de forma notável inúmeras pesquisas e debates, principalmente nas áreas das artes, comunicação, linguagem, religião, educação e políticas. Em complemento, Thompson (2001) destaca que todas as obras de Bourdieu são um marco relevante na construção de um arcabouço teórico sólido e articulado tendo em vista a compreensão do mundo social. Ainda, o pesquisador complementa afirmando que tal esforço apresenta um nível de profundidade e rigor que é capaz de explicar as relações de poder, os mecanismos de reprodução social, bem como as dinâmicas simbólicas que modelam e estruturam a vida coletiva.

Valle (2007) destaca também que as origens do pensamento de Bourdieu estão ligadas diretamente à sua própria experiência existencial, que foi marcada por inúmeros desafios, ao mesmo tempo com riquezas e diversidades. O autor destaca que o distanciamento de Bourdieu do meio intelectual e também a constante lembrança de seu estrangeirismo proporcionaram a ele uma capacidade de perceber aspectos que passaram despercebidos por inúmeros outros cientistas, além de experimentar sensações incomuns aos demais. Deste modo, os posicionamentos singulares de Bourdieu permitiram que este identificasse códigos implícitos, rotinas e os princípios que estruturavam e estruturam o mundo das ideias e orientam práticas do cotidiano.

O que é a escola e o processo de ensino?

Antes de debater acerca do papel da escola na contemporaneidade na visão de Bourdieu e Freire, há de ser necessário entender o que é a escola e por que este espaço educativo é de suma importância para a sociedade.

O espaço “escola” é um ambiente que oferta o que se denomina educação escolar, a qual está intrinsecamente ligada à formação humana em suas múltiplas dimensões. Trata-se de um espaço institucionalizado no qual se desenvolvem processos sistemáticos de ensino e aprendizagem, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até ao ensino superior. Nesse contexto, a escola não se limita à transmissão de conteúdos, mas também desempenha um papel fundamental na socialização dos indivíduos, na construção de valores, na formação da cidadania e no desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e éticas. Assim, constitui-se como um espaço essencial para a constituição do sujeito em sociedade e para a consolidação de práticas educativas voltadas à convivência coletiva e à formação integral.

Na visão da escola enquanto instituição, pode-se dizer que esta tem um ambiente destinado à discussão de conhecimentos historicamente construídos, bem como ao diálogo

acerca de normas, valores e habilidades culturais transmitidos de uma geração para outra; deste modo, funciona como um espaço regulado por um currículo e por regras, em que o aprendizado é organizado e sistematizado. Já na visão desta, enquanto espaço educativo, observa-se, neste ambiente, a promoção da formação integral dos indivíduos, não apenas com foco no conhecimento acadêmico, mas também no desenvolvimento social, ético e emocional. Além disso, a escola pode ser vista como um espaço de socialização, internacionalizando regras sociais, bem como os valores culturais. Estes espaços possibilitam que os jovens, e também todos os envolvidos neste ambiente, façam a construção de sua própria identidade e consciência de forma crítica.

A escola é compreendida como um espaço social inserido em uma realidade marcada por diversos desafios de ordem social, econômica, política e ambiental. Nesse contexto, as instituições escolares são chamadas a promover discussões e aprofundamentos sobre as questões que emergem dessa realidade, assumindo, assim, um papel ativo na construção de reflexões críticas sobre a sociedade. Além disso, a escola, historicamente voltada à discussão e ao diálogo de conteúdos, também se configura como um espaço de formação de valores, atitudes e compreensões que possibilitam aos estudantes atuar dentro e fora do ambiente escolar de maneira consciente, responsável e crítica.

Para Saviani (2013), as necessidades humanas influenciam diretamente nos objetivos das escolas e, portanto, devem orientar o currículo, a rotina e o planejamento no ambiente escolar, isso para que a escola consiga favorecer o desenvolvimento integral dos jovens, contemplando não apenas as dimensões cognitivas, mas também sociais e emocionais, para que assim se tenha uma formação mais completa.

Para que essa complexidade formativa se concretize, segundo Bertazzo e Wiezzel (2025), a escola deve atuar a partir de uma perspectiva de inserção no contexto e na realidade dos estudantes que atende, considerando os elementos que compõem suas vivências e relações sociais, ou seja, estando ancorada nas perspectivas e nos anseios de sua comunidade. Essa abordagem implica reconhecer que cada estudante e cada família trazem consigo experiências, saberes e valores construídos no cotidiano, os quais devem ser valorizados e incorporados às práticas pedagógicas, de modo a tornar a escola mais significativa para os sujeitos envolvidos.

As escolas atuais, enquanto instituições sociais, estão inseridas em uma estrutura marcada por assimetrias históricas de poder, acesso e também de recursos e capital cultural. Portanto, o ponto de partida dos estudantes no processo de escolarização, bem como os fatores como a qualidade dos recursos disponíveis nas escolas, o ambiente familiar e também a formação dos professores e as expectativas das instituições acabam

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

influenciando de forma direta o desempenho acadêmico dos jovens. Além disso, destaca-se que as escolas não operam de forma sozinha, isolada, mas sim refletem e intensificam hierarquias preexistentes, evidenciando que a igualdade formal de acesso nem sempre é uma tradução, em termos de igualdade, das reais condições para que se tenha aprendido, progressão e a busca por mudanças no modo de vida.

Além disso, Marques e Castanho (2011) destacam que, na escola atual, mesmo com diversas pesquisas discutindo as necessidades de repensar o modelo educacional e como agir em diferentes contextos, as escolas têm dificuldade em se adaptar à diversidade e às diferenças, bem como resistência com os estudantes das camadas populares, o que, de fato, resulta em desencontros de interesses e perspectivas.

Ainda, é notório destacar que o processo educativo, ou a educação, oferece uma base fundamental para que os indivíduos consigam compreender seus direitos, deveres, bem como os benefícios decorrentes do exercício pleno da cidadania. Além disso, as escolas devem ser vistas como um espaço que possibilita a ampliação da capacidade crítica dos jovens e também uma facilitação ao acesso a conhecimentos historicamente construídos. Assim, as escolas, por meio do processo educativo e formativo, permitem que as crianças, jovens, adolescentes e adultos consigam reconhecer seu papel na sociedade, compreendendo todas as estruturas que organizam a vida coletiva e influenciam sua vida cotidiana. Ou seja, o processo educativo não apenas esclarece as normas e as garantias legais da cidadania ativa, mas também faz com que se tenha um fortalecimento da autonomia necessária para que essas pessoas possam agir de maneira consciente, participativa e democrática nos diferentes espaços culturais e sociais.

A educação contribui para o desenvolvimento do discernimento necessário à compreensão e à exigência de políticas públicas mais eficientes, entendidas como programas e iniciativas desenvolvidas pelo Estado capazes de enfrentar problemáticas sociais, atender às necessidades da população e produzir resultados concretos e positivos. Nesse sentido, a formação educacional também estimula a população a cobrar posturas mais responsáveis das autoridades públicas. Assim, com um nível adequado de conhecimento sobre o funcionamento das instituições e sobre os impactos das decisões governamentais, torna-se possível reivindicar ações voltadas ao bem-estar coletivo, e não apenas aos interesses de grupos privilegiados. Nesse contexto, Carvalho (2002) destaca que a educação se configura como um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Portanto, a escola pode ser compreendida como uma instituição de caráter social que tem como fundamento a mediação do conhecimento, a formação humana inicial e a

construção da cidadania, configurando-se, assim, como um espaço de convivência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos nesse contexto. Além disso, por meio do processo educativo que ocorre no ambiente escolar, promove-se não apenas a discussão de conteúdos científicos, culturais e saberes historicamente construídos, mas também a formação de valores, atitudes e do pensamento crítico, o que possibilita aos estudantes compreender a realidade em que vivem e atuar de forma consciente e responsável na sociedade. Nesse sentido, o processo educativo deve ocorrer de maneira contínua e intencional, envolvendo a interação entre educadores, estudantes e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, social, ético e ambiental dos indivíduos.

Universalização da educação

A universalização da educação consiste no processo de garantia de acesso de toda a população, crianças, jovens e adultos, à educação, especialmente à educação básica, assegurando não apenas o ingresso, mas também a permanência e a aprendizagem na escola. Esse princípio pressupõe a ausência de discriminação de ordem social, econômica, cultural ou geográfica, configurando-se como um direito fundamental e como dever do Estado promover a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades educacionais.

Segundo Dar (2021), a universalização da educação consiste em garantir que todas as crianças tenham acesso e condições de permanência na educação básica, sem que fatores culturais, econômicos e sociais as excluam dessa etapa. No entanto, o autor destaca que, mesmo no século XXI, ainda persistem inúmeros desafios, como o número de crianças não matriculadas e as elevadas taxas de evasão, que comprometem a conclusão dessa etapa de formação. Além disso, as discussões sobre a universalização são relativamente recentes e apresentam variações entre diferentes países, o que reforça sua complexidade e os desafios para sua efetivação.

Para Nogueira (1990), o acesso universal à educação pública ocorreu em momentos distintos no Brasil e na França, o que se reflete nas análises desenvolvidas por Pierre Bourdieu e Paulo Freire. Segundo o autor, na França, o processo de universalização da educação pública consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial, influenciado, entre outros fatores, pela corrida espacial entre os Estados Unidos e a União Soviética. Já no Brasil, conforme Oliveira (2007), esse processo só se consolidou na década de 1990, aproximadamente cinquenta anos depois. Assim, ao discutir o papel social da escola e sua função na transformação social, esses autores partem de contextos educacionais distintos, ainda que convergentes na compreensão da escola como um mecanismo social.

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

Em complemento, Nogueira (1990) destaca que, na França, o processo de universalização ganhou debate no século XVIII; no final do século XIX começaram a surgir ideias de escolas primárias gratuitas, laicas e obrigatórias para crianças, mas foi somente no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, que houve a consolidação da universalização do sistema educativo francês, que, inclusive, passou a abranger todas as faixas etárias e níveis de ensino. Já no Brasil, Carneiro, De Barros Araújo e Dos Santos (2023) destacam que a universalização da escola pública só foi consolidada a partir dos anos 1990, marcada, sobretudo, por muitas contradições e também incompletudes, e foi discutida por consequência da Constituição Federal de 1988.

Logo, é evidente que a universalização, ou seja, o acesso de toda a população ao ambiente escolar, foi cinquenta anos depois no Brasil em relação à França. Assim, enquanto as políticas na França já estavam avançando em vista da busca por entender a importância do papel da escola para a sociedade francesa, o Brasil ainda estava em um cenário sem garantias à educação. Deste modo, é notório que, no cenário da França, as escolas tenham conquistado avanços que as escolas brasileiras ainda não conseguiram atingir.

A universalização da educação é um elemento importante para o fortalecimento social dos países, uma vez que garante que toda a população tenha acesso a conhecimentos, habilidades e oportunidades necessárias para o desenvolvimento pessoal, independentemente de suas origens. Além disso, contribui para a redução das desigualdades sociais, para o desenvolvimento econômico, para a cidadania e democracia, para a melhoria da qualidade de vida e também para a formação de indivíduos críticos.

Segundo a UNESCO (2023), a universalização da educação tem que ser vista pelos países como um direito humano fundamental, essencial na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão e do desenvolvimento econômico e humano. Além disso, destaca que, apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda há milhões de crianças que permanecem fora da escola e enfrentam dificuldades de aprendizagem, evidenciando a necessidade das políticas públicas eficazes para reverter tal cenário.

Freire (2019) destaca que a universalização da educação tem que ser uma política que não garanta apenas o acesso físico à escola, mas também que garanta que o processo educativo seja significativo, crítico e libertador, sendo, também, capaz de formar cidadãos conscientes de sua realidade e capazes de transformá-la. Ainda, o educador destaca que a universalização deve ir além da simples matrícula dos jovens nas escolas, mas sim que a escola forneça uma educação acessível, de qualidade e contextualizada, que respeite a

cultura particular de cada jovem, bem como suas experiências e necessidades, de modo que todos possam participar plenamente da vida social, política e econômica.

Já para Bourdieu e Passeron (2011), a universalização da educação, por mais que esteja mais acessível a todos no processo educativo, tem que ser vista em uma perspectiva crítica, focando nas desigualdades culturais e sociais, que persistem, inclusive, mesmo quando todos têm formalmente acesso à escola. O sociólogo também destaca que aumentar vagas nas escolas não garante, ainda, igualdade de oportunidades, uma vez que a escola reproduz estruturas sociais existentes, por meio do que ele denomina como capital cultural, em que crianças de famílias com mais recursos culturais e econômicos tendem a ter melhores oportunidades e aprendizagens, enquanto crianças de famílias mais desfavorecidas enfrentam barreiras irreversíveis em relação ao aprendizado e à valorização de suas experiências. Deste modo, Bourdieu evidencia que a universalização da educação mascara desigualdades profundas e, para que este processo seja realmente eficaz, as políticas educacionais devem considerar os contextos sociais, culturais e econômicos, oferecendo, aos que precisam, apoio de qualquer natureza.

Deste modo, é notório destacar que, tanto Paulo Freire quanto Pierre Bourdieu, apontam que a universalização da educação não pode ser vista apenas como o acesso formal à escola, mas também deve garantir que todos possam aprender de forma significativa e crítica. Freire (2019) remonta a educação como um instrumento de transformação social e emancipação, enquanto Bourdieu e Passeron (2011) afirmam que, caso não haja atenção às diferenças sociais, a escola reproduzirá as desigualdades sociais e culturais. Deste modo, a universalização da educação exige das políticas públicas acesso, qualidade e equidade às escolas e ao processo educativo, fazendo uma combinação de inclusão, com estratégias que promovam a justiça social e valorizem, também, a diversidade cultural.

Além disso, Carneiro, De Barros Araújo e Dos Santos (2023) levantam uma consideração importante acerca do atual modelo escolar, que, mesmo após haver aumento nas políticas de inserção dos jovens no contexto escolar, a universalização ainda sofre divergências com as concepções teóricas e as ideias dos pesquisadores, isso porque, em geral, ainda os filhos de classes populares, não conseguem progredir no processo de escolarização, uma vez que ainda há um modelo de escola pautado na balizção dos interesses burgueses, sem, ainda, valorizar culturas locais e as ideias e anseios de cada população.

Assim, a universalização da educação nos dois países dos pensadores, mas também em muitas partes do mundo, embora tenha avanços na inserção dos jovens no processo

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

educativo e no ambiente escolar, ainda não garante, por si só, equidade ou inclusão plena, necessitando, assim, de políticas públicas educacionais, que precisam ir além de uma matrícula universal, mas sim ter estratégias que valorizem as diversidades culturais e consigam trazer mudanças significativas para os estudantes envolvidos neste processo.

O papel da escola

A escola, compreendida como uma instituição social criada para ensinar e aprender, é o espaço em que crianças e jovens desenvolvem conhecimentos, habilidades e valores fundamentais para a vida em sociedade. Nesse contexto, contribui também para o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de resolver problemas e da comunicação, além de atuar na formação de cidadãos no que diz respeito ao convívio social, ao respeito às regras e às diferenças. Trata-se ainda de um espaço de socialização, no qual os indivíduos convivem, constroem relações de amizade e ampliam sua compreensão do mundo ao seu redor.

Além disso, a relação dos jovens estudantes com a instituição escola tem sido motivo de debate em inúmeros contextos e pesquisas, muitos dos quais têm evidenciado tensões, desafios rotineiros e cotidianamente vivenciados nestes espaços. Para Dayrell (2007), as novas transformações na sociedade moderna têm resultado também em novas demandas para as escolas, principalmente quando se fala de uma escola de qualidade, quando estão envolvidos neste processo sujeitos pertencentes a camadas menos favorecidas da sociedade.

É evidente destacar também que inúmeras pesquisas acadêmicas, como indicado por Cabral-Gouveia, Menezes e Neves (2023), ao longo de inúmeras décadas, têm confirmado que, de forma consistente, há lacunas persistentes e generalizadas no desempenho escolar entre diferentes grupos sociais. Desde o relatório Coleman (1966), compreende-se que a escola, embora se proponha a funcionar como um instrumento de promoção da igualdade de oportunidades e combate às desigualdades sociais, ainda acaba por reproduzir diversas desigualdades já presentes e aparentes na sociedade. Ou seja, a escola, para além da discussão de saberes historicamente construídos, tem que atuar como um instrumento de transformação social, principalmente escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade econômica e social.

Neste viés, adentra as ideias dos pensadores discutidos neste trabalho. Paulo Freire e Pierre Bourdieu, embora contem com abordagens teóricas distintas, convergem ao afirmar que a escola não pode ser vista como um espaço neutro: ela reflete e reproduz desigualdades sociais. Para Freire (2019), a educação tradicional, denominada por ele como

bancária, mantém os jovens como agentes passivos, o que os impede de compreender de forma crítica sua realidade. Essa questão é evidente, principalmente em espaços de alta vulnerabilidade social, em que as escolas públicas, muitas vezes, não reconhecem os saberes e as experiências dos estudantes das classes populares, tratando-os como seres vazios a serem preenchidos. Freire (2019) ainda reitera que as escolas devem valorizar a cultura desses estudantes e desenvolver uma educação que seja dialógica e que os ajude e auxilie na percepção de suas condições de oprimidos, e que ajam sobre o mundo, tornando-os sujeitos ativos na transformação e mudança social. Neste contexto, a educação é um ato político, e a escola pública deve se comprometer com a emancipação, com respeito às identidades e com luta e combate a qualquer forma de exclusão.

Já Bourdieu afirma que as escolas tendem a legitimar desigualdades ao exigir dos estudantes um habitus e um capital cultural que são típicos das classes dominantes. Deste modo, mesmo que as escolas pontuem que todos têm e devem ter as mesmas oportunidades, os estudantes que não possuem um capital cultural valorizado pela instituição partem de uma posição desigual. Representando, assim, que as escolas transformam desigualdades sociais em desigualdades escolares e culpam os estudantes pelo fracasso, escondendo a ação de mecanismos sociais que favorecem uns em detrimento de outros. Além disso, ele destaca que as escolas não conseguem atuar como um ambiente transformador no viés da coletividade, mas sim conseguem articular pequenas mudanças individuais, ou seja, conseguem que alguns de seus membros transformem o cenário em que vivem.

Outrora, no atual cenário educacional, já não é possível analisar apenas a posição socioeconômica como variável explicativa na tentativa de compreender as desigualdades educacionais. Embora a renda e o nível educacional das famílias sejam componentes que exercem forte influência no percurso escolar dos jovens estudantes, outros fatores sociais, como a raça, etnia, gênero, território e a origem migratória, passam, também, a desempenhar um papel determinante nas questões de aprendizado e representatividade escolar.

Em cenários, por exemplo, em que prevalece o racismo estrutural, estudantes racializados podem enfrentar barreiras adicionais, mesmo possuindo condições socioeconômicas similares às de seus colegas não racializados. Tais barreiras incluem, além disso, expectativas mais baixas por parte dos professores, práticas discriminatórias veladas no cotidiano escolar, currículos pouco representativos e ambientes que não valorizam a diversidade cultural. Deste modo, a desigualdade educacional revela-se um fenômeno multifacetado e interseccional, em que não basta considerar a classe social, pois diferentes

formas de opressão podem estar presentes, criando, assim, desafios maiores para determinados grupos na luta pela equidade no acesso e na permanência na esfera educacional.

Para Winter, Menegotto e Zucchetti (2019), é notório que a compreensão das questões que historicamente estruturam a vulnerabilidade social no Brasil e as reflexões na questão educativa revelam uma realidade que ainda está muito presente no cotidiano de muitas crianças, jovens, adolescentes e famílias brasileiras. Inseridos em um contexto de subcidadania, muitos brasileiros ainda desconhecem seus direitos e não reconhecem plenamente seu papel como cidadãos, o que resulta em não perceber como tais limitações refletem em suas possibilidades de desenvolvimento e também de participação social.

Essa questão de subcidadania é exposta por Souza (2018), em que o autor defende que esta é uma condição de parcela da população que vive de um reflexo de situação econômica fragilizada via omissão do Estado, em que há negação de seus direitos, o que resulta em fragilidade em seus modos de pensar e sentir, e também na baixa projeção das conquistas no campo social, como nas tarefas escolares e no mundo do trabalho.

Tal realidade é agravada pela pobreza, bem como pelo ciclo de precariedade que é vivenciado pelas famílias, que, de fato, são responsáveis por modular não apenas as experiências imediatas, mas também suas expectativas e oportunidades futuras. É evidente destacar também que o desconhecimento dos direitos, alinhado à falta de acesso a bens culturais e sociais, resulta numa limitação de horizonte desses jovens e reforça as desigualdades já consolidadas ao longo do tempo. Sobre isso, Bourdieu considera que há uma coerção feita com consentimento do dominador; esse apenas tem acesso a instrumentos do conhecimento, como manual e inquérito, ou categorias de percepção, dicotomias, classificação das profissões, que são fabricadas por quem domina.

Ainda, para Bourdieu (1998), essas desigualdades são, nas escolas, muito aparentes, uma vez que os estudantes carregam consigo um capital cultural reduzido e enfrentam, assim, uma desqualificação familiar. Esta falta de capital cultural dificulta o acompanhamento, pelos estudantes, de demandas escolares e torna mais desafiadora a conclusão da etapa básica de ensino. Muitas vezes, jovens das camadas mais vulneráveis da sociedade, ao depararem com trabalhos informais que estão resultando em recebimento de renda que contribui com as necessidades particulares de suas casas, optam pelo trabalho, em vez de continuar nos estudos. O que demonstra que condições de pobreza e suas múltiplas derivações são capazes de impor barreiras significativas e substanciais ao percurso educacional e, assim, à construção de um futuro mais promissor para esses jovens.

Com isso em mente, é notório destacar que há de ser necessário que se tenha o fortalecimento e ampliação das políticas públicas no campo social e educacional que sejam capazes de enfrentar, de forma estrutural, as desigualdades que atravessam o percurso escolar dos jovens das camadas mais vulneráveis. Ou seja, as políticas devem ir para além do acesso formal a escolas, mas sim contemplar ações integradas de permanência, sucesso, transferência de renda, apoio psicossocial, valorização e estratégias pedagógicas que incorporem diferentes concepções e realidades.

Ao discutir sobre o cenário das políticas públicas, Paulo Freire evidencia que estas só podem ser consideradas eficientes quando há promoção da humanização das pessoas, ou seja, nenhuma ação do Estado deve reforçar a opressão ou tratar a população como um objeto passivo. Ao contrário, as políticas públicas devem ser verdadeiramente transformadoras, contribuindo para que cada indivíduo se reconheça como sujeito capaz de pensar, agir e intervir na realidade, bem como, aos grupos mais marginalizados, transformar a realidade em que vivem. Nesse sentido, qualquer iniciativa estatal que reproduza ou produza ainda mais desigualdades e silencie vozes e negue direitos está em desacordo com a prática emancipatória.

Freire também discute que a educação tem que ser vista como um instrumento de libertação e conscientização. Assim, as políticas públicas eficazes, em sua visão, são aquelas que garantem práticas educativas focadas na educação crítica, que é capaz de desenvolver a autonomia, a reflexão e a participação ativa na vida social. Isso porque uma política educacional em que há apenas reprodução dos conteúdos, sem conectar os saberes e conhecimentos à vida concreta dos estudantes, não cumpre funções transformadoras que considerava essenciais. Para Freire, o ato de educar é criar condições para que o povo compreenda o mundo e tenha ferramentas para transformá-lo.

Freire também defende que as políticas públicas devem ser construídas com a participação do povo, ou seja, popular. Ainda, defende que o Estado necessita ouvir e dialogar com as populações que historicamente foram excluídas dos processos decisórios. Só assim as ações governamentais conseguem responder às necessidades reais da população e combater as desigualdades estruturais. Deste modo, as políticas públicas eficientes, sob a ótica freireana, são aquelas que fortalecem direitos, reduzem injustiças e colocam o povo no centro das decisões, reconhecendo sua voz, experiência e capacidade de transformação.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu, as políticas públicas só são eficazes quando há um enfrentamento direto das estruturas sociais que produzem desigualdades. Segundo ele, a sociedade é marcada pela distribuição desigual de diferentes formas de capital, seja econômico, cultural, social e simbólico, que são determinantes nas oportunidades de

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

cada grupo. Com isso, há políticas que ignoram essas assimetrias e tendem a reforçar a ordem existente, beneficiando aqueles que já possuem mais recursos e deixando os mais vulneráveis em posição de desvantagem. Na visão dele, uma política eficiente deve, portanto, reduzir disparidades e democratizar o acesso aos capitais que estruturam a vida social.

Bourdieu também argumenta que as políticas públicas devem, necessariamente, combater os efeitos dos mecanismos de reprodução presentes nas instituições, especialmente nas escolas. Embora a educação seja representada como um caminho para a igualdade, Bourdieu destaca, também, que esta pode ser um espaço de legitimação da desigualdade ao valorizar o capital cultural das classes dominantes. Deste modo, as políticas educacionais eficientes são aquelas que reconhecem as diferentes origens, oferecendo apoio real aos estudantes das camadas populares, evitando que as escolas continuem reproduzindo a lógica da exclusão simbólica.

Ainda, Bourdieu defendia, também, que as políticas públicas devem resistir às forças que buscam transformar o Estado em um instrumento de interesses privados. Para ele, também, o Estado exerce um papel crucial como agente de justiça social, capaz de corrigir desigualdades estruturais, garantindo direitos coletivos. No entanto, tal fato só é possível quando há vigilância crítica da sociedade e quando as políticas são formuladas com base no interesse público e sem pressões de caráter econômico e político que favorecem elites. Deste modo, as políticas públicas eficientes, segundo Bourdieu, são aquelas em que há fortalecimento da democracia, ampliando direitos humanos e atuando contra todas as formas de dominação.

Mas não somente devem haver políticas públicas, mas também uma transformação do papel da escola, e suas ações no contexto real, diário. Isso porque, quando a escola se aproxima do universo sociocultural dos alunos, ela não apenas potencializa o processo de aprendizagem, mas também fortalece que se tenha a construção de identidade e sentimento de pertencimento ao espaço escolar, que é raro nos dias de hoje. Deste modo, as práticas de ensino e aprendizagem deixam de ser apenas uma transmissão isolada de saberes e conteúdos e passam a construir-se em uma prática significativa e contextualizada, que é capaz de contribuir para o desenvolvimento integral do estudante.

Além disso, destaca-se que, à luz dos ideais de Freire, a escola, ao tratar todos os estudantes como se partissem de condições iguais, acaba por reforçar desigualdades em vez de reduzi-las. Tal constatação evidencia que, conforme o autor defende, a educação e, de modo mais amplo, o processo educativo, precisa considerar as condições individuais de cada estudante, isto é, seus modos próprios de perceber e agir no mundo. Somente assim é

possível compreender como cada sujeito se relaciona com os conhecimentos e saberes trabalhados na escola. Dessa forma, ao desenvolver práticas pedagógicas sensíveis a essas especificidades, torna-se viável reconhecer e incorporar as diferenças sociais, culturais e simbólicas, contribuindo para o fortalecimento do papel da escola como espaço de equidade.

Ainda, conforme complementa Bourdieu, ao partir da realidade dos jovens, a escola é capaz de promover uma leitura mais crítica das estruturas sociais, permitindo que os indivíduos tomem consciência das condições que moldam suas vidas. Além de que, essa conscientização é fundamental na compreensão, pelos estudantes, dos mecanismos de reprodução das desigualdades e, a partir deste contexto, buscar transformações, tanto em relação à trajetória individual de cada um como também em um contexto social mais amplo.

Deste modo, é evidente destacar que, conforme indica Romeira (2023), para que a educação escolar seja verdadeiramente inclusiva e libertadora, há de ser necessário fazer a integração das ideias de Bourdieu e Freire, uma vez que Bourdieu expôs que as desigualdades são estruturais e a escola tem que atuar na manutenção delas e, em complemento, Freire propõe que, neste contexto, há de ser necessário haver valorização dos sujeitos, da participação democrática e da consciência crítica. Deste modo, fazendo uma integração das ideias dos dois pensadores, nota-se que os modelos educacionais não emergem somente do próprio modelo educacional, mas sim dos meios políticos e sociais.

Ainda, quando há uma integração das ideias de Bourdieu e Freire, nota-se que a vulnerabilidade do espaço escolar público não é apenas material, mas também simbólica e cultural. Além de que, enquanto Bourdieu destaca os mecanismos invisíveis de reprodução, Freire aponta que há caminhos para resistir a eles mediante uma pedagogia mais crítica, participativa e enraizada nas vivências dos estudantes. Com isso, ambos os autores nos ajudam a compreender que a luta pela equidade educacional não é apenas uma questão de acesso à escola, mas também de transformação profunda das práticas, dos valores e das estruturas que a sustentam.

Assim, ao refletir sobre as ideias dos pesquisadores, pode-se compreender que o papel da escola vai muito além da simples transmissão de conteúdos formais e historicamente construídos. A escola é uma instituição social fundamental na formação integral dos sujeitos e é responsável por auxiliar no desenvolvimento de conhecimento, habilidades cognitivas, valores éticos e capacidades críticas necessárias à vida em sociedade. Neste contexto, as ideias dos pensadores revelam que a escola também é um espaço de socialização, diálogo e construção de identidade, no qual as crianças, jovens e adultos

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

aprendem a conviver com as diferenças, respeitar regras coletivas e, também, compreender de forma crítica o mundo em que vivem. Bem como, Freire e Bourdieu destacam que a escola não é neutra: ela reflete as desigualdades sociais existentes e, muitas vezes, acaba por reproduzi-las quando ignora as condições culturais, sociais e simbólicas dos estudantes, principalmente daqueles oriundos de territórios e contextos de maior vulnerabilidade.

Portanto, ao responder ao questionamento sobre o papel da escola, é evidente que esta, muito mais do que a transmissão dos saberes e conhecimentos, tem que atuar como um mecanismo de transformação social e luta pela justiça social, democracia e redução das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, trazemos uma reflexão acerca das ideias defendidas por dois dos maiores nomes do campo educacional, sendo o educador brasileiro Paulo Freire e o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que, de forma integrada, evidenciam que a escola tem que exercer um papel de transformação social. Essa necessidade da transformação social é devida à existência de disparidades socioeconômicas na sociedade e populações em grande vulnerabilidade social que ainda têm baixas oportunidades.

E, para que a escola consiga cumprir seu papel de transformação, deve, a princípio, reconhecer e valorizar os saberes e experiências dos estudantes e também os anseios da comunidade em que está inserida, promovendo assim práticas pedagógicas críticas e que sejam inclusivas, combatendo os mecanismos que legitimam a exclusão e o fracasso escolar.

Destarte, inspirada nas ideias de Paulo Freire, a escola tem que contribuir para a conscientização dos jovens sobre a realidade e também atuar na emancipação dos sujeitos, formando cidadãos capazes de pensar, agir e fazer intervenções na realidade. Ao mesmo tempo, conforme indica Pierre Bourdieu, a escola deve atuar como um mecanismo de enfrentamento das estruturas que reproduzem e mantêm desigualdades, oferecendo à sociedade condições reais de equidade. Deste modo, o papel da escola é consolidar-se como um espaço estratégico na promoção da justiça social, democracia e redução das desigualdades educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS

BERTAZZO, A. M.; WIEZZEL, A. C. S. A escola como fator protetivo de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Construção Psicopedagógica**, v. 35, n. 37, 2025.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RIBEIRO, J. P. M.; PINHEIRO, S.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011.

BRANDÃO, C.R.; ANDRADE, J. E. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CABRAL-GOUVEIA, C.; MENEZES, I.; NEVES, T. Educational strategies to reduce the achievement gap: a systematic review. **Frontiers in Education**, v. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/educ.2023.1155741>. Acesso em: 29 mar. 2026.

CARNEIRO, W.; ARAÚJO, F. M. de B.; SANTOS, P. S. M. B. dos. Desvelamento e superação das desigualdades educacionais: diálogo entre Bourdieu, Freire e Darcy. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 6, p. 5629–5653, 2023.

CARVALHO, J.M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLEMAN, J. S. et al. **Equality of educational opportunity**. Washington: U.S. Department of Health, Education, and Welfare, Office of Education, 1966.

DAR, P. A. Universalization of elementary education: challenges, issues, and efforts. **International Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 18–23, 2021.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 1105–1128, 2007.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MARQUES, P. B.; CASTANHO, M. I. S. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 1, p. 23–33, 2011.

NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em Aberto**, v. 9, n. 46, p. 1–15, 1990.

OLIVEIRA, R. P. de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 661–680, 2007.

ROMERA, E. Educação entre reprodução e libertação: diálogo entre Pierre Bourdieu e Paulo Freire. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 64–80, 2023.

SAVIANI, D. Escola e democracia: para além da “teoria da curvatura da vara”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 5, n. 2, p. 227–239, 2013.

SILVA, F. de C. T. Estudo comparado: fundamentos teóricos e ferramentas de investigação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho**. São Paulo: Leya, 2018.

Afinal, qual é o papel da escola? Um diálogo entre Freire e Bourdieu

THOMPSON, J. B. Preface to the English edition. In: BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Paris: Seuil, 2001. p. 7–51.

UNESCO. **Universal access to education: we can do better**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/universal-access-education-we-can-do-better-0>. Acesso em: 29 mar. 2026.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, v. 33, p. 117–134, 2007.

WINTER, A. C.; MENEGOTTO, L. M. de O.; ZUCCHETTI, D. T. Vulnerabilidade social e educação: uma reflexão na perspectiva da importância da intersectorialidade. **Conhecimento & Diversidade**, v. 11, n. 25, p. 165–183, 2019.

Submetido em: 05 de fev de 2026.

Aprovado em: 20 de abr de 2026.

Publicado em: 30 de abr de 2026.